

## RECOLANDO DIMENSÕES TEMPORAIS: MEMÓRIA, TEMPO E PRAXIS

*Paulo Sérgio da Costa Neves\**

### **I - Introdução**

Este texto, embora traga marcas evidentes de preocupações de ordens abstratas e teóricas, nasceu como uma tentativa de interpretação de uma situação concreta. Na verdade, ele é uma versão modificada de um capítulo de minha tese de doutorado sobre a ação sindical dos petroleiros no estado da Bahia. Neste sentido, apesar da forma como o texto está organizado poder dar margens a críticas de que postulo um essencialismo teórico fora de moda, gostaria de ressaltar, de antemão, que ele está indissolivelmente ligado a um contexto determinado. Convém, pois, que se explicita este contexto.

O interesse pela ação sindical dos petroleiros nasceu da constatação de que, no Brasil, a questão petrolífera sempre foi mais que uma simples questão econômica, sendo também política, ideológica e identitária (a ponto do petróleo ter sido um dos símbolos máximos do nacionalismo nos anos 50 e 60). A fim de verificar as influências disto sobre os trabalhadores do petróleo, realizou-se um estudo de caso sobre as suas práticas sindicais no estado da Bahia, entre as décadas de 50 e 90. Assim, constatou-se que apesar de grandes diferenças entre as diversas correntes sindicais dos petroleiros, elas tinham em comum os discursos nacionalistas e de defesa da PETROBRAS. Mas, como é próprio a todo discurso, o nacionalismo aí não era um sistema

---

\* *Paulo Sérgio da Costa Neves é professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe.*

fechado, passível a uma única interpretação; na verdade, no exemplo em questão, houve o surgimento de várias versões nacionalistas, o que, por sua vez, deu origem a importantes conflitos internos. Além disso, sendo este um grupo de trabalhadores que, por conta da política de estabilização da mão-de-obra da empresa, tinha muitos membros que haviam vivenciado o auge do período populista, entre 1960 e 1964 (considerado como a "idade de ouro" do sindicalismo petroleiro), todo e qualquer grupo sindical, para legitimar-se, devia tentar recuperar as práticas políticas vigentes naqueles anos; dando-lhes, contudo, sua marca própria. Com a emergência do "novo sindicalismo" nos anos 80, prática sindical divergente do padrão populista, abre-se um período de intensa luta ideológica, onde as interpretações sobre o passado sindical ocuparão o centro das atenções. Estava aberto, assim, o campo para que uma verdadeira "guerra de memórias" viesse à tona. Neste sentido, uma das indagações teóricas recorrentes neste trabalho, dizia respeito ao lugar da memória nas práticas sociais dos homens, principalmente no que diz respeito às suas visões de mundo e identidades sociais.

Temos aqui uma questão teórica interessante: a importância do vivido, da memória e da decepção na reavaliação das práticas passadas e, pois, para o desenvolvimento de práticas orientadas para o futuro. A memória não é apenas a preservação das lembranças do passado. Ela é também uma interpretação do passado; interpretação que pode ser positiva ou negativa. Neste sentido, a memória é um elemento essencial da 'práxis' humana (a maneira como os homens se representam no tempo).

As proposições teóricas aqui discutidas não têm a mínima intenção de criar ou reproduzir um paradigma capaz de tudo explicar da vida social. Não creio que este tipo de pretensão possa ser atingida nas ciências sociais; a realidade social é sempre mais vasta e complexa que qualquer teoria explicativa. O que não significa, no entanto, que todo questionamento teórico seja desprovido de interesse. Não há pesquisa empírica que não esteja ligada a uma certa visão da sociedade e dos homens. Aqui não farei senão explicitar minha maneira de interpretar uma situação social concreta, ao mesmo tempo em que reconhecerei minhas dívidas para com certos autores e correntes teóricas. Contudo, que não se procure aqui um quadro exaustivo de todos os autores que abordaram estas questões. Apenas serão mencionados os autores que foram meus companheiros nesta viagem, aqueles que me ajudaram a encontrar meu próprio caminho no labirinto incomensurável da pesquisa.



## II - O Passado: Entre História e Mito

A primeira informação que poderíamos dar acerca da presente reflexão é que ela se situa sob o signo do "tempo". Ou seja, a questão implícita aqui é como o tempo age sobre a subjetividade humana. E qual o lugar do passado e da memória nas ações humanas? Estas questões ganham visibilidade porque na sociedade brasileira a preocupação da memória e da preservação do passado não é algo a que se dê, em geral, muita importância. Eis um país que se construiu e se pensa enquanto país do futuro, país sem passado e sem memória. Não é de se admirar, pois, que muitos historiadores interessados em pesquisar a história do Brasil sejam obrigados a ir a Lisboa ou à Biblioteca do Congresso de Washington. Eis um país que se esforça para confirmar a célebre fórmula nitzschiana da impossibilidade da vida sem o esquecimento. Pode-se mesmo dizer que, para se permanecer em um registro nitzschiano, que a sociedade brasileira é uma sociedade dionisíaca, onde a instantaneidade do momento presente ou, em certos casos, os projetos de avenir, têm uma presença cognitiva muito mais importante que o passado e as lembranças.

Mas, isto significa, por acaso, que o passado conta pouco no Brasil? De maneira alguma. Como na psicanálise, a recusa em se abordar algumas questões do passado não é outra coisa senão a repulsão de um passado doloroso e difícil de suportar.

Com relação ao caso dos petroleiros, a importância do passado e da memória são evidentes, razão que nos levou a dar tanta importância à memória e às duas formas de se construir socialmente a memória, o mito e a história. O mito enquanto sistema discursivo que se coloca como a verdade última sobre algo (mito aqui entendido na visão de Barthes, 1970) e a história enquanto narração que problematiza continuamente o passado.

O passado é algo de incomensurável. Não podemos lhe aceder senão através da memória. A memória pessoal dos que vivenciaram uma época ou um fato; ou a memória emprestada aos que vivenciaram; ou, finalmente, a memória legitimada, considerada como "a boa e verdadeira" memória. É este último tipo que se presta aos usos sociais da memória<sup>1</sup>, quer ela seja fixada em termos históricos ou míticos.

Em qualquer dos casos, o passado só é perceptível enquanto representação, uma construção mental. É neste sentido que devemos compreender a proposição heideggeriana segundo a qual o tempo só tem sentido a partir do ponto de vista do presente (ver a este respeito a excelente obra de Françoise



Dastur, 1991). Depreende-se disto que toda memória é uma forma de reconstrução do passado; uma reconstrução intencional (no sentido fenomenológico), segundo os objetivos atuais dos que se dão à lembrança.

No que se refere às duas grandes maneiras de reconstrução do passado, este lado artificial é mais evidente no que se refere ao mito. Mais, a história é igualmente uma reconstrução, uma interpretação do passado. Mesmo se considerarmos que a história é mais imparcial e mais fiel que o mito, uma dúvida sempre acompanha mesmo as mais bem realizadas narrações históricas: teve o historiador acesso a todas as informações necessárias para uma boa compreensão do passado? Ou ainda, foi ele capaz de bem interpretar os dados disponíveis? Ou seja, as fronteiras entre o mito e a história não são tão nítidas quanto se pensa comumente.

O que vem nos mostrar que não existem formas de reconstrução do passado que possam pretender expressar, com uma certeza absoluta, todos os meandros que expliquem certos fatos e tendências do passado. O que se pode fazer é – principalmente no caso da história que trabalha com provas documentais – demonstrar que certos acontecimentos e tendências realmente existiram e tiveram importância no passado. Mas que dizer-se da multidão de outros fatos que, quando não esquecidos, nimbam nas regiões indeléveis da memória? E o que dizer-se dos acontecimentos que não deram margem a registros dos contemporâneos, como ocorre freqüentemente com aspectos da vida das classes subalternas? Ou seja, para além da justeza de algumas reconstruções do passado, o certo é que elas têm sempre uma função social subjacente.

### **III - Memória e Temporalidade**

O que está em jogo na proximidade entre a história e o mito é justamente o papel da memória na nossa vida cotidiana. Em muitas de nossas ações agimos sob a influência de nossas experiências passadas. Mas este processo não é uma simples reprodução do passado; na dialética entre as situações preservadas na memória e as situações concretas cotidianas, a inovação, por mínima que seja, permanece inscrita no horizonte.

Em todo caso, o que parece plenamente reconhecido é a importância do passado para as tomadas de decisões dos atores. O que não vai de encontro à idéia, tornada hegemônica a partir dos fenomenólogos e existencialistas, segundo a qual é a partir do presente que os Homens se



situam no tempo. Passado, futuro e presente só ganham sentido a partir do momento presente; ou seja, é a partir do presente que a temporalidade se constitui e ganha inteligibilidade, dando uma lógica interna às nossas lembranças e aos nossos projetos para o futuro. Disto se depreende também que a memória se constrói a partir do momento presente, influenciada pelos interesses e pelo universo cognitivo atuais dos atores; quer dizer: nos lembramos sempre em função das contingências do momento que vivemos.

Pertence a Maurice Halbwachs o mérito de ter sido o primeiro a considerar a memória como um produto social, fora de um contexto psicológico. Tentando compreender por que algumas lembranças permanecem e outras não, Halbwachs vai sublinhar a dimensão coletiva da memória. Recusando a idéia bergsoniana de uma memória individual autocentrada, criadora de sua própria dinâmica, ele tentará mostrar as relações existentes entre as recordações individuais e o pertencimento dos indivíduos aos grupos sociais; para ele, apenas as lembranças individuais relacionadas a um grupo social podiam ser preservadas na memória. Isto seria verdade até mesmo para as nossas recordações mais íntimas:

*... nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1968: 2).*

O que o levará a desenvolver a noção de memória coletiva, pois se apenas as recordações que dividimos com outros são preservadas, então isto seria bem a prova da existência de uma memória "pertencendo a todo mundo", mas que não se confunde com as memórias individuais que lhe servem de suporte.

*... se a memória coletiva tira sua força e longevidade do fato que ela tem como suporte um conjunto de homens, são os indivíduos, no entanto, que se recordam, enquanto membros do grupo. (...) Diríamos*

*mesmo que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que eu ocupo, e que mesmo este lugar muda conforme as relações que eu estabeleça com outros ambientes sociais. Não é surpreendente, pois, que de um instrumento comum todos não tirem o mesmo partido. Contudo, quando se tenta explicar esta diversidade, volta-se sempre a uma combinação de influências que, todas, são de natureza social. (HALBWACHS, 1968: 31).*

Se a memória individual depende em parte dos grupos aos quais os indivíduos fazem parte, isto significa que cada grupo tem uma memória diferente e que a memória não é outra coisa senão uma reconstrução do passado; uma reconstrução realizada socialmente e segundo as contingências do presente.

*... a recordação é, em grande medida, uma reconstrução do passado auxiliada por dados tomados de empréstimo ao presente, e preparada, por sinal, por outras reconstruções feitas em épocas anteriores, de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada. (Halbwachs, 1968: 58).*

A pluralidade das memórias na sociedade (cada memória coletiva ligada a um grupo social), coloca a questão da diversidade de relações ao tempo, ou seja da temporalidade; para Halbwachs, cada grupo social tem não só sua própria memória, como também sua própria temporalidade, sua própria maneira de conceber o tempo:

*Como um povo que não tem atrás de si senão uma curta história poderia se representar o tempo da mesma maneira que um outro do qual a memória pode remontar a um passado distante? É por uma construção artificial que se faz entrar estes dois tempos um no outro, ou que se põe um ao lado do outro sobre um tempo vazio, que não tem nada de histórico porque em definitivo ele não passa do tempo abstrato dos matemáticos." (HALBWACHS, 1968: 100).*

Estas longas citações se justificam porque elas deixam ver toda a originalidade e todas as repercussões das teorias de Halbwachs. Originalidade, pois pela primeira vez um autor tenta achar os elos entre a memória individual e os "contextos" sociais, acentuando, principalmente, o peso do presente na



reconstrução do passado: pouco importa que esta reconstrução se dê através da memória histórica ou da memória individual, para ele é o presente que determina a dinâmica da memória. Ademais, Halbwachs chama a atenção para o papel que tem a memória coletiva no reforçamento das solidariedades no interior de um grupo: ele afirma mesmo que se houve esquecimento de uma época pelo grupo, é sinal que o grupo já não é mais o mesmo. Ele dará, também, toda a importância à questão do tempo social, em uma perspectiva de multiplicidade de tempos sociais e das memórias em uma sociedade. Ou seja, para ele, cada grupo social tinha sua própria temporalidade, o que será mais tarde retomado por Gurvitch (1960) e Sue (1994).

No início, o conceito de memória coletiva não teve um grande eco no domínio da sociologia. Mas, se esta falta de interesse foi real no que diz respeito aos sociólogos, o mesmo não pode ser dito com relação aos historiadores, os quais, seguindo as pegadas de Marc Bloch, compreenderam muito rapidamente o significado, para sua disciplina, do conceito de memória coletiva, por mais imperfeito que ele fosse (ver a respeito Burke, 1997). O que explica, talvez, o gosto pronunciado dos historiadores, visível ainda hoje, pela problemática da memória e de suas relações com a história, como mostram os trabalhos de Finley (1981), Hobsbawm e Ranger (1983), Le Goff (1988), Nora (1984), dentre outros.

Roger Bastide (1970), em um estudo sobre a memória social afro-brasileira, sublinhou a importância das formas de organização do grupo para a preservação das lembranças. Recusando-se a conceber a memória coletiva com o exterior aos indivíduos, tendo uma vida própria, independente das recordações individuais, Bastide vai insistir sobre o papel que certos indivíduos têm na preservação das lembranças associadas a um grupo social. Para ele, não são tanto os grupos enquanto entidades independentes que preservam a memória, mais sim certos indivíduos ocupando determinados lugares sociais. Desta forma, ele explica que algumas sobrevivências culturais dos negros no Brasil são ligadas ao fato de que os negros vindos como escravos ao país pertenciam não só a etnias específicas, como também a certos meios sociais dessas etnias. O fato que na passagem de um continente ao outro certos ritos religiosos africanos não tenham sobrevivido é explicado como sendo a consequência de uma escravidão seletiva, a qual atingiu diferenciadamente o grupo original na África: certos segmentos sociais, dentro de uma mesma sociedade, tornaram-se escravos e outros não.



Desta forma, ao mesmo tempo em que aceita o postulado segundo o qual o presente delimita a direção da preservação da memória, Bastide insistirá sobre o papel de determinados indivíduos nesta preservação. Para ele, a memória é antes de tudo um fenômeno individual; mas, na medida em que os indivíduos têm um lugar na estrutura do grupo, alguns dentre eles podem impor sua memória a outros. É apenas neste sentido que Bastide considera que alguns indivíduos possam ser os portadores da memória de um grupo social.

Mas, na medida em que cada indivíduo tem uma memória diferente, "... a memória coletiva é realmente uma memória de grupo, mas a memória de um cenário – ou seja, de elos entre papéis – ou ainda a memória de uma organização, de uma articulação, de um sistema de relações entre indivíduos" (Bastide, 1970: 92). Ou seja, para Bastide, se se pode falar de memória coletiva, não se pode esquecer que "... os conteúdos desta memória coletiva não pertencem ao grupo, eles são de propriedade dos diversos participantes à vida e ao funcionamento do grupo (...). O que o grupo conserva (...) é a estrutura das conexões entre estas diversas memórias individuais, é a lei de sua organização no interior de um conjunto" (Bastide, 1970: 96).

Para o que nos interessa aqui, vemos que tanto para Halbwachs como para Bastide é a situação presente dos indivíduos e grupos sociais que explicam a maneira como as recordações são preservadas. Dito de outra forma, a memória está estreitamente ligada à práxis dos atores sociais.

Ademais, podemos perceber que Bastide deixava entrever a possibilidade de existência de "conflitos de memórias", cada indivíduo lutando por impor sua própria memória como a "boa" e "verdadeira" memória de um grupo.

O conceito, desenvolvido pelos sociólogos fenomenólogos, de "estoque de conhecimento" é muito próximo de uma tal concepção da memória. Aqui também é a partir do presente que os homens reconstroem o seu passado. Esta reconstrução se faz de maneira intersubjectiva, por indivíduos que entretêm relações regulares na vida em sociedade. Desta maneira, o "estoque de conhecimento", segundo a expressão de Schutz, é uma construção social, um conhecimento comum.

#### **IV - Memória, Práxis e Tempo Social**

Do que foi visto até aqui depreende-se que toda memória é, ao mesmo tempo, preservação e criação. Dito de uma maneira mais precisa, toda memória é re-atualização e re-criação. Re-atualização daquilo que foi vivido e que



deixou suas marcas sobre a memória individual; mas também re-criação do passado a partir da lógica que rege as relações presentes dos atores. Ademais, como esta reconstrução se faz em situações de co-presença com outros agentes sociais, ela não será jamais uma reconstrução totalmente individual. Daí poder-se falar em memória social, aquela que se constrói socialmente.

Tomemos um exemplo de minha própria pesquisa que ilustra este caráter de construção coletiva da memória. Certas entrevistas que fiz com líderes sindicais dos anos 60 foram feitas em lugares públicos, nos sindicatos o mais freqüentemente. Por vezes, malgrado meus esforços em contrário, se formava um pequeno público, sobretudo se as entrevistas eram com líderes conhecidos. Como seria de se esperar, o tom destas entrevistas mudavam a partir do momento em que outros agentes estavam presentes. Contudo, o mais interessante é que certos lapsos e esquecimentos dos entrevistados eram sanados através da participação de outras pessoas. Desde pequenos detalhes como o de se saber se tal o tal greve se deu com a parada completa da produção ou não, à forma de se avaliar algum período da vida sindical do grupo, eram discutidos até se encontrar o consenso, até à construção de uma versão aceitável pelo grupo presente às entrevistas.

Assim, entrevistas que sob um plano metodológico mais estrito poderiam parecer inutilizáveis, propiciavam a visualização, 'in stato nascendi', de um processo de negociação coletiva da construção das lembranças, onde cada qual tentava fazer passar suas memórias parcelares como a "verdadeira" e a mais fiável. O que estava em jogo nesta negociação era o estabelecimento do que devia ser a "memória oficial" de um período.

## **V - Da Reflexividade**

Estas observações sobre a memória nos lembram que o conhecimento do passado faz parte da subjetividade e da identidade de cada um de nós. Neste sentido, através da memória usamos nossas experiências passadas para situar nossos centros de interesse presentes e para estabelecer as estratégias que usaremos no futuro. Não há pois uma oposição essencial entre memória e praxis social.

O Homem conhece o novo a partir de reflexões passadas. Cada um tende, ao menos no início, a relacionar suas novas experiências a quadros de raciocínio construídos a partir de experiências passadas. Os fenomenólogos, na tradição de Schutz (1987) , nomearam estas experiências de "estoque de



conhecimento”, onde os atores buscam elementos que lhes possibilite gerir suas vidas cotidianas. No entanto, para estes estudiosos, também, esse estoque de conhecimento não era um simples acúmulo de experiências individuais, pois através das socializações, as experiências de gerações anteriores seriam transmitidas para as gerações mais novas.

O importante a sublinhar aqui é a imbricação entre este conhecimento social do passado e as ações desenvolvidas no futuro; é a partir do conhecimento do que se passou que o novo se desvela na vida humana. Não que o futuro seja a o perpétuo recomeço do passado; mas o futuro se constrói a partir das bases postas pelo passado e, sobretudo, a partir da experiência dos atores. A memória não é um simples estoque de lembranças, ela é também a matéria sobre a qual trabalha a reflexividade humana. Neste sentido, a memória humana é uma *memória reflexiva*.

A memória reflexiva está na base de toda praxis social, de toda ação humana dotada de sentido. Trata-se bem de uma memória reflexiva, pois se mobiliza lembranças ao mesmo tempo em que se cria e recria coisas novas. Para Mead (1963), que foi entre os primeiros a sublinhar a importância da reflexividade na vida social, o que caracteriza o Homem é sua capacidade de voltar atrás e de interpretar de novo seus atos. Na psicologia social de Mead, a reflexividade do homem tem um papel importante na descoberta de novos caminhos.

Desta maneira, mesmo as lógicas de ação voltadas para o futuro – o projeto na terminologia de Sartre (1978), ou as utopias como preferia Bastide (1960) – não são totalmente estrangeiras ao peso do passado. Na medida mesma em que o que os caracteriza é a recusa do presente e, pois, igualmente, a recusa de um certo passado, podemos dizer que os projetos e utopias se constroem a partir de uma certa interpretação do passado.

Ao se admitir tal proposição deve-se reconhecer que o que está em jogo é a maneira como se concebe o tempo em uma sociedade ou em um grupo social. O Tempo social é, ele também, um elemento importante da praxis humana.

Em filosofia, desde Kant, tornou-se consensual que o tempo é um dos dois eixos constituidores da experiência e da relação dos homens ao mundo; o outro eixo sendo o espaço (ver o excelente livro de Hersch, 1981). Nas ciências humanas, como o demonstrou Sue (1991), a relação ao tempo tor-



nou-se um objeto de estudo importante com a chamada Escola Francesa de Sociologia, nas primeiras décadas deste século, sobretudo a partir dos trabalhos de Halbwachs sobre a memória social. Estes estudos tiveram o mérito de por em evidência o caráter social e histórico da forma como os homens se concebem no tempo.

Com Gurvitch (1960), o tempo torna-se matéria para as disputas sociais: o tempo dominante em uma sociedade marcando a maneira como os grupos dominantes realizam sua dominação. Para Gurvitch, não havia mais lugar para se conceber a existência de um tempo único na sociedade, como o faziam seus predecessores durkeimianos, o tempo sendo considerado antes em termos de uma multiplicidade de tempos sociais; o que deixava entrever que os conflitos entre diferentes grupos sociais se manifestam também através de 'conflitos de tempos sociais', entre diferentes maneiras de conceber o tempo. O exemplo mais claro disso seria as maneiras divergentes de se encarar o tempo entre os patrões e os empregados na sociedade capitalista. Nesta perspectiva, os tempos sociais representariam um dos eixos maiores da construção das identidades sociais, na medida em que se posicionar com referência ao tempo é também uma maneira de se dizer quem somos. Os diferentes modos de se encarar o tempo, como devemos nos situar diante dele ou como utilizá-lo da melhor forma, marcam não só diferenças identitárias entre indivíduos ou grupos sociais em uma mesma sociedade, mas também entre sociedades diferentes (ver a respeito UNESCO, ....).

## **VI - Da Decepção**

Vimos que a memória e o tempo social são essenciais para uma compreensão da reflexividade e da praxis humana. Mas, que relação há entre a maneira como os homens encaram suas memórias e tempos sociais e as suas ações práticas?

O conceito de 'decepção' – e o seu contrário, a satisfação –, desenvolvido por Hirschman (1983), nos permite avançar um pouco neste sentido. Isto porque é a partir de nível de satisfação ou de decepção das pessoas com relação às experiências passadas que podemos compreender suas estratégias em relação ao tempo e à memória social. Para Hirschman, a decepção é essencial para se compreender a dinâmica dos movimentos sociais nas sociedades modernas: a vitalidade ou não destes movimentos está ligada ao nível de decepção ou satisfação dos indivíduos de sociedade com relação a formas



específicas de ação coletiva, o que pode, nos casos de decepção, levá-los a se centrar em suas vidas privadas. Percebe-se aqui que a decepção diz respeito a uma certa memória social, ou melhor, a uma certa interpretação desta memória.

São casos em que a memória age de maneira negativa: o passado oferece então contra-modelos, modelos de ação a se evitar. Nestes casos, se as pessoas utilizam suas memórias – ou estoque de conhecimento como o preferia Schutz, elas o fazem de maneira negativa. Na medida em que os modelos de ação conhecidos não parecem ser conciliáveis com a nova situação, novas formas de agir podem vir a tona. Este é um caso bem diferente daquele onde a memória é chamada para testemunhar a validade de soluções dadas a problemas atuais no passado, e onde a memória tem um papel positivo.

Assim, pareceu-me judicioso, no âmbito da pesquisa sobre o movimento sindical dos petroleiros, fazer uma distinção entre uma 'memória positiva' e uma 'memória negativa'. Uma memória positiva que atua de maneira semelhante aquela dos mitos de origens (Eliade, 1987 e 1988), oferecendo às novas gerações modelos de ação legitimadas pela experiência passada (real ou mítica) e que é a base de identidades sociais estáveis, que perduram no tempo. É esta memória que é a base, a longo termo, dos processos de rotinização da vida social do qual nos fala Giddens (1987).

Memória a ser distinguida daquela que não faz referência ao passado senão de forma negativa (a decepção), para negá-la, para opô-la a outros modelos de ação. Isto, na medida mesma em que novas origens serão impu-tadas às novas práticas. Com efeito, estas duas formas de memória (positiva e negativa) não são contraditórias senão em aparência, pois para toda ação social se tentará encontrar uma origem, ou seja modelos de ação, e contra-modelos, práticas a se evitar ou a serem suplantadas. Vê-se pois, que a memória, em seu duplo aspecto, está no centro da 'praxis humana'.

Há que se reconhecer, no entanto, que existem situações sociais onde a memória social não tem uma importância tão grande assim. Que se pense nas ações nascidas da instataneidade da vida moderna, onde identidades passageiras são ativadas; nestes casos, os atores sabem que não somente as ações comuns serão necessariamente provisórias (certos movimentos sociais, alianças políticas entre grupos rivais, as explosões da multidão, etc.), como também que eles não dividem um passado comum. Dito de outra forma, eles não têm uma identidade comum, exceto aquela manifestada duran-



te a ação. Estamos aqui no universo das relações passageiras, do tipo face a face, para as quais Goffman (1991) tanto chamou a atenção, sublinhando a importância para a vida social.

## **VII - Conclusão**

É neste sentido que podemos falar de conflitos de memórias. Entre grupos sociais diferentes, mas também dentro de cada grupo. Não apenas porque é através da memória e da narração (Ricoeur, 1984) da memória que os homens se constroem suas identidades sociais, mas porque, também, muitos conflitos sociais nascem de conflitos de interpretação e de valorização (ou de denigramento) do passado.

Assim, no caso dos trabalhadores do petróleo da Bahia, a estratégia dos sindicalistas populistas nos anos 80 foi de transformar a lembrança de uma greve realizada pelos militantes da CUT na PETROBRAS em 1983 (onde mais de 300 trabalhadores haviam sido demitidos em duas refinarias) em uma recordação carregada negativamente; isto, ao mesmo tempo em que eles vinculavam uma imagem positiva do período sindical entre 1960 e 1964 na PETROBRAS. Em oposição, os militantes de esquerda tentaram reabilitar sua ação durante a greve de 1983, mas evitando denigrir o passado sindical dos populistas, o qual era unanimemente valorizado pela base. Uma das fraquezas da esquerda nesta época era que ela não podia atacar o passado dos seus adversários, o que, para uma parte dos trabalhadores não-militantes, conferia pouca legitimidade ao discurso da CUT.

A utilização da memória como um dos constituintes ativos da reflexão humana, me levou, pois, neste trabalho, a considerar as lógicas de valorização do passado e aquelas do projeto como complementárias: não há situação social onde os atores estejam completamente voltados para o passado, buscando um arcaísmo e um passeísmo absoluto e rígido; da mesma forma que não há projeto só voltado para o futuro, todo projeto tem ligações com o passado.

A memória é sempre uma reconstrução; ela é, ao mesmo tempo, a base sobre a qual os homens pensam e refletem seu presente e seu futuro. Mas, uma base não-rígida, não-estática, ela é sempre virtual, fruto de reconstruções diversas. Por isso, pode-se dizer que a reflexividade do homem sobre sua memória é também a base de sua praxis social.



O que podemos reter desta rápida revisão bibliográfica é que os conflitos sobre a memória não são simples discussões vazias. Pelo estabelecimento da "boa memória" define-se quem se é e, sobretudo, quem se deseja tornar-se. A memória não é uma simples questão de passado, ela é também uma questão de futuro...



## NOTA

1 Tomamos o termo emprestado ao historiador M. I. Finley (1981).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barthes, Roland. (1970). **Mythologies**. Paris : Editions du Seuil. Collection Points.
- Bastide, Roger. (1960). "Mythes et Utopies". In: **Cahier internationaux de sociologie**. XXVIII : 3-12.
- \_\_\_\_\_. (1970). "Mémoire Collective et Sociologie du Bricolage". In: **L'année sociologique**. n° 21. pp. 65-108.
- BURKE, Peter. (1997). **A escola dos annales (1929-1989): A revolução francesa da historiografia**. São Paulo : UNESP.
- Dastur, Françoise. (1990). **Heidegger et la question du temps**. Paris : PUF.
- Eliade, Mircea. (1988). **Aspects du mythe**. Paris : Gallimard, collection Folio/Essais.
- \_\_\_\_\_. (1989). **Mythes, rêves et mystères**. Paris : Gallimard, Collection Folio/Essais, (1<sup>ère</sup> édition 1957).
- Finley, M. I. (1981). **Mythe, mémoire, histoire. Les usages du passé**. Paris : Flammarion.
- GIDDENS, Anthony. (1987). **La constitution de la société**. Paris : PUF.
- Goffman, Erving, (1991). **Les cadres de l'expérience**. Paris : Minuit, Collection "Le Sens Commun".
- Gurvitch, Georges. (1963). **La vocation actuelle de la sociologie**. Paris : PUF.
- Halbwachs, Maurice. (1994). **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris : Albin Michel.
- Halbwachs, Maurice. (1968). **La mémoire collective**. Paris : PUF.
- HERSCH, Jeanne (1981). **L'étonnement philosophique: Une histoire de la philosophie**. Paris : Gallimard.
- Hirschman, Albert. (1983). **Bonheur privé, action publique**. Paris : Fayard, Collection "L'Espace Publique".
- Hobsbawm, Eric et Ranger, Thomas. (1983). **The invention of tradition**. Cambridge : Cambridge University Press.
- Le Goff, Jacques. (1988). **Histoire et mémoire**. Paris : Gallimard.
- Nora, Pierre (sous la direction). (1984). **Les lieux de la mémoire**. Paris : Gallimard.
- Sartre, Jean Paul (1986). **Questions de méthode**. Paris : Gallimard, Collection TEL.
- SCHUTZ, Alfred.(1994). **Le chercheur et le quotidien**. Paris : Méridiens Klincksieck.
- SUE, Roger. (1994). **Temps et ordre social : Sociologie des temps sociaux**. Paris : PUF.
- UNESCO. (1975). **Les cultures et le temps**. Paris : UNESCO.